



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: CIFORM
Identificação: OPINIÃO 1/2
Data: 28 a 03/02/2013

AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

10 | CADERNÃO 1 | OPINIÃO | CIFORM

Judiciário gastará mais de R\$ 11 milhões com auxílio-alimentação

De 12 municípios, o Judiciário gastará mais de R\$ 11 milhões com auxílio-alimentação em 2013, segundo levantamento feito pela Associação dos Magistrados do Estado de Sergipe (Amase).

Prezado editor, o auxílio-alimentação tratado em matéria na capa da edição nº 1554 deste jornal foi reconhecido como verba indenizatória cumulável, com o regime de subsídio através da Resolução 133 do CNJ - Conselho Nacional da Justiça -, órgão misto, composto inclusive com a participação da classe dos advogados, e que representa máxima instância administrativa, sendo ainda órgão integrante do Judiciário nacional, presidido, inclusive, por aquele que também esteja na Presidência do STF - Supremo Tribunal Federal. O teor da matéria leva à falsa noção de que tal verba é uma exclusividade do Judiciário sergipano, quando em verdade ela é paga em quase todos os Tribunais do País, a exemplo do STJ, dos TRF, dos TRT, em suas diversas instâncias, bem como nos respectivos **Ministérios Públicos** e no próprio CNJ, já havendo manifestação de sua legalidade pelo TCU - Tribunal de Contas da União. O reconhecimento do Direito retroage no tempo, alcançando o período de 5 anos anteriores ao seu exercício, assim como ocorre com o direito de qualquer cidadão brasileiro, não sendo privilégio da classe dos magistrados. Vale dizer, ainda, que vencimentos e verbas de servidores e magistrados não se submetem ao mesmo regime jurídico, vigorando em relação a esses regras próprias e específicas, porquanto são agentes políticos e integrantes de poder, com privações e responsabilidades próprias da carreira. Por fim, deve-se registrar que o Judiciário sergipano goza de elevado prestígio no cenário nacional, exatamente pela seriedade de seus atos, pelo que jamais agiria senão em pleno compasso com a legalidade. Na oportunidade, renovo protestos de consideração e apreço. (Leia mais sobre esse tema na página 9 deste Caderno Um).

Atenciosamente,
Gustavo Adolfo Plech Pereira,
Presidente da Associação dos Magistrados do Estado de Sergipe - Amase

PROINVEST

Muito boa a abertura do Cinformando sobre o Proinvest. É o que penso também. Parabéns!

Fernando Menezes,
advogado

ASSÉDIO MORAL

Muito boa a matéria, Laudicéia. Parabéns! Chefe que pratica o assédio moral tem que ser processado mesmo. E, como bem diz o caderno, as dificuldades das provas inibem o empregado e, aí, ele fica nessa tortura por muitos anos. (Sobre a matéria "Que tal "demitir" seu chefe?", edição nº 1554, por Laudicéia Fernandes).

Henrique Romeiro,
jornalista

GUARANI KAIOWÁ

Envio este e-mail para compartilhar um trabalho que venho fazendo ao longo desses últimos dois anos. Desde o dia 27 de dezembro, estive presente nas terras indígenas do povo Guarani Kaiowá, no Mato Grosso do Sul. Passei um mês percorrendo as aldeias indígenas, observando, escrevendo, filmando a situação dos indígenas no MS. O povo Guarani Kaiowá é a segunda maior etnia indígena do País e é uma das que mais sofrem violações de direitos humanos na luta pela terra tradicional. Em 9 anos, mais de 273 lideranças foram assassinadas por jagunços a mando de fazendeiros, além das mortes causadas pelo envenenamento das terras, rios e matas. O agronegócio cada vez mais confina os indígenas em pequenos pedaços de terra cercados por infinitas plantações de soja e cana. A situação do povo Guarani Kaiowá ficou conhecida nos últimos meses por causa de uma carta lançada pelos indígenas da possibilidade de suicídio coletivo, caso o Governo aprovasse a ordem de despejo. A partir daí, mais de 40 manifestações ocorreram em todo o País em solidariedade, mas não foram suficientes para mudar o quadro dos povos indígenas. Muitos casos de assassinatos não foram resolvidos, tendo corpos de indígenas desaparecidos até hoje. As ações dos jagunços são cruéis com torturas e estupro, tendo o Poder Público e seus órgãos envolvidos direta e indiretamente nas violações dos direitos. E isso acontece há muito tempo, tendo casos emblemáticos, como o assassinato da indígena Marçal de Souza, em 83, e Marco Veron, em 2003. Neste momento, estou em São Paulo trabalhando no documentário que estamos fazendo, mas segunda estarei de volta a Aracaju. Quero saber de você se há possibilidade de fazer uma reportagem relatando a situação e esta ser publicada no Cinform. Tenho muitas fotos e entrevistas das lideranças, da Funai e do Ministério Público Federal. Já escrevi algumas matérias e reportagens publicadas em sites e revistas de São Paulo ("Carta Maior", "Caros Amigos") e em meios de comunicação internacionais (Alemanha, Uruguai, Argentina).

Pedro Alves,
jornalista sergipano

Nota da Redação: Caro Pedro, a luta dos povos indígenas também é foco de interesse do Cinform, sim. Temos interesse em conversar sobre o conteúdo.

EDUCAÇÃO

Sou da Bahia, moro em Vitória da Conquista - mas, de passagem por Aracaju, tive acesso a este jornal e fiquei surpreso em ver que ele dedica no Caderno Cultura um espaço exclusivo para a Educação. Para mim, isso é um fato raro num jornal de um pequeno Estado do Nordeste. Fiquei sobremodo feliz ao ler uma matéria sobre um professor, Luciano Accioli, que trabalha com adolescentes num povoado de Japarutuba. O trabalho dele é fenomenal, mas não serviria tão de exemplo se não fosse um meio de comunicação a mostrar para todo mundo ver.

Atenciosamente,
Antônio Carlos Roque Rodrigues

